

Bush quer ajudar devedores.

O governo dos EUA deve anunciar nos próximos dias seu plano para ajudar os países endividados, mas os bancos credores

Os bancos não.

avisam: irão à Justiça se forem forçados a perdoar dívidas.

Mal circulou, no início desta semana, a informação de que o governo Bush deve anunciar nos próximos dias um novo plano para aliviar a crise da dívida, os bancos comerciais colocaram-se em guarda. Já anteciparam ao Departamento do Tesouro norte-americano que vão à Justiça contra qualquer iniciativa oficial de forçá-los a conceder um perdão para os países devedores — o que eles consideram uma “apropriação indebita e inconstitucional”, como informa de Washington nosso correspondente **Moisés Rabinovici**.

Esta posição foi adotada por 186 bancos, de 40 países, reunidos pelo **Institute of International Finance**, em janeiro passado. Dentre as hipóteses consideradas no plano — segundo informações extra-oficiais —, os bancos não seriam forçados a reduzir dívidas, mas estimulados a adotar mecanismos de redução voluntária.

Dois jornais norte-americanos chegaram a informar, ontem, que o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, poderá anunciar amanhã em uma conferência sobre a dívida do Terceiro Mundo, no Departamento de Estado, a nova orientação e o plano dos Estados Unidos. Isso, no entanto, levou o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, a dizer à imprensa que a informação é precipitada, embora não a contestasse taxativamente.

Na verdade, o que se tem até o momento são hipóteses do que vem sendo discutido no âmbito do Departamento do Tesouro e do Conselho de Segurança Nacional. Já antes das eleições, George Bush encomendara a seus principais assessores econômicos e de segurança nacional uma revisão no tratamento dispensado até então pelo governo Reagan ao problema da dívida — o chamado Plano Baker, elaborado há quatro anos, que previa novos empréstimos aos devedores, desde que os países se enquadrassem em exigências de programas de austeridade.

Apesar das especulações, é certa a mudança de orientação. Ao invés do financiamento das dívidas, como previa o Plano Baker, que se mostrou ineficiente, vai-se buscar agora a redução dos montantes da dívida. Admite-se abertamente também que a sangrenta crise venezuelana da semana passada — decorrente dos protestos contra os planos de austeridade acertados pelo presidente Carlos Andrés Pérez com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — precipitou a mudança de rota.

Na linha da redução do principal da dívida, fala-se na hipótese de se constituir um fundo, no âmbito do FMI, para a recompra dos títulos da dívida pelo seu valor no mercado secundário (um papel brasileiro, por exemplo, cujo valor nominal é de US\$ 100 e vendido por US\$ 32). O dinheiro viria fundamentalmente do Japão (50%) e da Europa (30%), ficando o restante para os Estados Unidos. Os bancos credores não perderiam, porque venderiam os títulos pelo seu valor nominal, e os países devedores recomprariam o papel com o desconto do mercado secundário.

Um dos indicadores de que tal hipótese pode se confirmar é a visita do subsecretário do Tesouro norte-americano, Charles Dallara, a Tóquio, no último fim de semana, para conversações com Makoto Utsumi, do Ministério das Finanças japonês. Fontes do governo nipônico confirmaram que os dois países vêm trabalhando conjuntamente na elaboração de um plano para o enfrentamento da crise da dívida.